

POR UMA EDUCAÇÃO LITERÁRIA ANTIRRACISTA: “REINAÇÕES DE NARIZINHO” EM NOVAS EDIÇÕES

FOR NA ANTI-RACIST LITERARY EDUCATION: “REINAÇÕES DE NARIZINHO IN NEW EDITIONS

Paulo Ailton Ferreira da Rosa Junior
Universidade Federal de Santa Maria
juuniorferreira@yahoo.com.br

RESUMO

No centro das discussões contemporâneas em torno da obra de Monteiro Lobato está o preconceito racial expresso em seus textos, em especial nos que compõem o ciclo do *Sítio do Picapau Amarelo*. Avança um movimento de reescritura que propõe adaptações que excluem passagens que hoje entendemos racistas e até mesmo personagens que estejam no protagonismo delas. Perante isso, o objetivo deste artigo é argumentar a favor de uma leitura crítica do texto integral de *Reinações de Narizinho* em uma edição com notas de rodapé educativas como muito mais efetiva na concretização de uma educação antirracista. Entende-se que apagar as marcas de racismo das obras pode resultar em um esquecimento da perenidade e da difusão deste tipo de violência em nossa sociedade e negar o debate em torno do tópico.

Palavras-chave: Educação antirracista. Educação literária. Sítio do Picapau Amarelo. Monteiro Lobato.

ABSTRACT

At the center of the debates around the work of Monteiro Lobato is the argument of racial prejudice expressed in his texts, especially the ones that compose the cycle of *Sítio do Picapau Amarelo*. A movement advances in defense of the rewriting of these texts, proposing adaptations that removing excerpts that nowadays we understand as racists and even characters that are in the protagonism of those. Given this, the aim of this article is to argument in favor of a critical reading of the full text of *Reinações de Narizinho* with educative footnotes can be much more effective in the realization of an antiracist education. It is understood the erasure of these indications may result in a forgetfulness of the continuity and the diffusion of this type of violence in our society and deny opportunities of debate around it.

Keywords: Antiracist education. Literary education. Sítio do Picapau Amarelo. Monteiro Lobato.

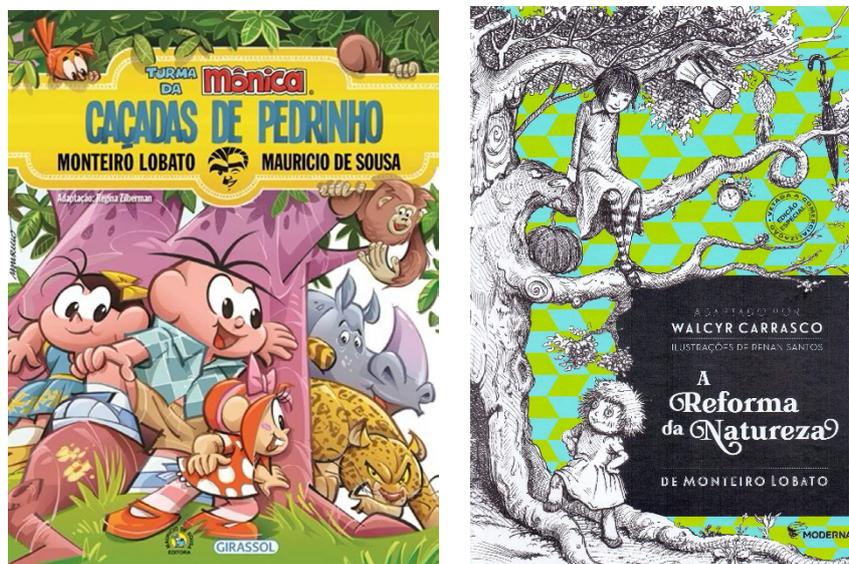
INTRODUZINDO A PROBLEMÁTICA

Parte da educação literária escolar desde o lançamento do seu primeiro livro direcionado à infância, uma versão mais simples do que hoje conhecemos como *Reinações de Narizinho* – intitulada *Narizinho Arrebitado (Segundo livro de leitura para uso das escolas primárias)* –, que veio à luz em 1921, a obra infantil de Monteiro Lobato, frequentemente referenciada sob o uno do *Sítio do Picapau Amarelo* (embora dê conta também de outros títulos adaptados e traduzidos), vem sendo reiteradamente elevada a status de protagonista em discussões antirracistas no Brasil contemporâneo desde uma celeuma judicial iniciada em 2010.

Foi no referido ano em que o livro *Caçadas de Pedrinho*, quarto volume do *Sítio* e à época parte integrante das obras selecionadas para o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) então em vigor, acabou alçado pela mídia como exemplo sintomático do racismo difundido por toda a obra de Lobato. Aconteceu, mais especificamente, quando o professor Antônio Gomes da Costa Neto, também pesquisador da área temática das relações étnico-raciais na escola pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB, solicitou a retirada desse livro de todas as bibliotecas escolares do Distrito Federal e o fim do seu financiamento e distribuição por parte do Governo Federal. O caso chegou ao Supremo Tribunal Federal em 2012, quando não teve consenso definido, e novamente em 2014, quando também não encontrou sua solução, permanecendo em aberto até hoje.

Assistindo a controvérsia não resolver-se por vias legais diversos escritores, pesquisadores e editores preocupados com a questão têm se mobilizado, desde então, na direção de oferecer suas próprias contribuições no intuito de, pelo menos, remediá-la. Passaram a pulular, assim, novas edições de algumas das obras do *Sítio* em que as passagens consideradas racistas foram suprimidas, como na adaptação de Regina Zilberman ilustrada por Maurício de Souza para *Caçadas de Pedrinho*, editada pela Girassol; ou mesmo em que o texto todo foi reescrito no intuito de superar esse obstáculo e também de torná-lo mais próximo à linguagem do tempo corrente, como na versão de Walcyr Carrasco para *A Reforma da Natureza*, ilustrada por Renan Santos e editada pela Moderna (Figura 1), dentre outras.

Figura 1 - Capas das edições de *Caçadas de Pedrinho*, ilustrada por Maurício de Souza, e *A Reforma da Natureza*, adaptada por Walcyr Carrasco.



Fonte: Google imagens.

Perante isso, urge pensar o lugar do professor dentro dessa discussão, em especial daquele que tem compromisso com a humanização dos sujeitos que educa – e pelos quais também se deixa educar nesse processo dialógico – e com as práticas pedagógicas de democratização da leitura e da literatura, pois como bem disse Paulo Freire sobre a relação da educação com a emancipação do sujeito: “A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 2019, p. 37). Nesse sentido, pergunta-se: como é possível trazer para a sala de aula as obras do *Sítio* sem que o racismo expresso nelas acabe corroborando a naturalização desse tipo de discriminação entre os alunos?

Assim, este texto elege duas edições correntes de *Reinações de Narzinho* para refletir sobre suas perspectivas editoriais, distintas no sentido de mitigar os discursos de preconceito racial expressos na narrativa de Lobato, penando em uma prática de educação antirracista: uma primeira edição que propõe intervenções no texto original e outra que mantém a autoria intacta e adiciona um tipo de nota explicativa, sobre a qual se esmiuçarà mais adiante, a fim de pensar sobre qual delas pode ser a mais potente ao professor mediador de leitura que decidir pisar no terreno do combate ao preconceito.

NOTAS SOBRE EDUCAÇÃO LITERÁRIA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Antes de mais nada é preciso pontuar que, segundo Schucman (2010, p. 47), o conceito de raça “não se trata de um dado biológico, mas de ‘construtos sociais’, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios”. É a partir dessa perspectiva, então, que se emprega aqui o termo “raça”. Assim, segundo a mesma autora, “a categoria de raça que opera no imaginário da população e produz discursos racistas é ainda a ideia de raça produzida pela ciência moderna nos séculos XIX e XX” (SCHUCMAN, 2010, p. 48), o que abrange o contexto histórico em que se insere a produção de Lobato, boa parte de sua leitura pregressa à nossa e muito da sua recepção atual. Assim, para Paixão e Carvano (2008, p. 31-32), “o racismo [antirracista] reconhece que a realidade das raças é antes social, política e cultural, geradora de dinâmicas sociais correspondentes que produzem iniquidades de acordo aos portadores das distintas aparências ou marcas raciais” (PAIXÃO; CARVANO, 2008, p. 31-32). Em suma, a linha racista antirracista resgata um conceito originário utilizado pelos colonizadores europeus, raça, recriando-o no sentido da busca da superação da própria terminologia.

Nesse sentido, o primeiro ponto que este texto vem clarear é o de que não levar obras do *Sítio* para a sala de aula por repúdio ao seu conteúdo considerado racista não é uma opção ao professor compromissado com a democratização da literatura e da leitura literária e isso nada tem a ver com ser conivente com essa visão de mundo expressa na obra, mas de ser justo com a obra em si e com nossos alunos. Isso porque a fruição a todo o acervo artístico-literário que nos precede é um direito humano básico, como pontuou Candido (2011, p. 177), sendo “indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; [...] por isso, nas mãos do leitor, o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco”, ele diz. E ressalta ainda: “Daí a ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de prescrever” (CANDIDO, 2011, p.178).

Ou seja, não só a experiência com toda e qualquer obra literária não pode ser negada ao cidadão, independente do seu conteúdo, como o desconforto com esse conteúdo e o confronto com o que ele possa expressar que nossas concepções individuais ou coletivas – cultural, histórica e socialmente condicionadas – julgam moralmente questionável, superadas ou em processo de superação, também faz parte desse diálogo do leitor com o texto literário, que é, acima de tudo, formativo: “Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo” (CANDIDO, 2011, p. 177). Convém salientar, assim como o autor, que essa educação nunca se dá através dos modelos morais, mas do seu potencial enquanto obra aberta a múltiplos usos e interpretações.

É no mesmo sentido que Cosson (2018, p. 20) fala que embora a educação literária (enquanto escolarização da literatura) seja uma invenção do século XIX, “o uso da literatura como matéria educativa tem longa história, a qual antecede a existência formal da escola” e isso se dá, pois, “A leitura

literária conduz a indagações sobre o que somos e o que queremos viver, de tal forma que o diálogo com a literatura traz sempre a possibilidade de avaliação dos valores postos em uma sociedade” (COSSON, 2018b, p. 50). O autor corrobora, então, o potencial educativo dos textos literários para além da formação de um leitor proficiente, que domine o código escrito e seus usos, mas de um cidadão crítico e reflexivo sobre quem é e sobre o seu lugar no mundo, algo que a educação (em sua concepção libertária, democrática), formal ou não, visa desde os gregos antigos: formar um agente transformador do seu meio, um cidadão consciente do seu papel na sociedade democrática.

Por isso, concorda-se aqui, também, com Dalvi (2018, p. 18), quando esta diz que para que a educação literária seja efetiva “não basta assegurar a circulação dos textos literários; é necessário assegurar o ensino-aprendizagem de seus múltiplos modos de materialização/existência e de seus múltiplos modos de apropriação/resposta em diferentes situações sócio-histórico-culturais com propósitos sociais diversos” e que, por isso, ela não prescinde do papel dos seus múltiplos agentes: o escritor, o ilustrador, o editor, o livreiro, o bibliotecário, o pai, a mãe, a avó, o jornalista cultural, dentre uma infinidade de outras peças desse quebra-cabeças; e, é claro, o que mais nos interessa, o professor-mediador de leitura. É ele o profissional capaz de conduzir o aluno-leitor a uma leitura crítica, em que se ultrapassarão os limites do texto para compreender melhor o mundo e, assim, ter uma verdadeira formação para a participação política, social e cultural.

Desse modo, “A literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola” (COELHO, 2000, p. 15), pois, a autora continua, “a escola é, hoje, o espaço privilegiado em que deverão ser lançadas as bases para a formação do indivíduo” (COELHO, 2000, p. 16). Desse modo, a escola é (ou deveria ser) o lugar por excelência da promoção da leitura, a instância comprometida em garantir o acesso ao mundo da cultura letrada e, por conseguinte, à universalidade da literatura. Isto posto, sonegar ou censurar as narrativas lobatianas do *Sítio* vai totalmente de encontro com o propósito de uma prática democrática de mediação de leitura literária.

Absolutamente não se trata, pois, de ignorar ou relativizar as marcas do racismo presentes nos livros do *Sítio* ao levá-las para as salas de aula, de maneira alguma. Sim de não negá-las, de não escondê-las e de não proteger a obra e o autor do debate em torno delas. O combate ao preconceito racial perpassa pela assunção da sua existência, principalmente em um país como o Brasil, o qual durante muito tempo repetiu nos discursos oficiais a falácia da “democracia racial”, ou seja, de que aqui as diferentes raças – conceito social e não biológico –, dentre elas a negra, conviveriam em equidade de direitos, de oportunidades, de dignidade, o que os dados oficiais facilmente desmentem (SCHUARCZ, 2019). Nesse sentido, uma educação antirracista precisa se configurar como uma forma de reflexão sobre nossos próprios valores, crenças e comportamentos, perpassando por uma leitura crítica dos artefatos culturais que nos constituíram enquanto nação – por mais problemático que possa ser esse conceito – e que materializam, assim, concepções de mundo que nos subjazem enquanto cultura nacional, soem elas corretas ou não.

Por isso, o segundo ponto que este texto vem clarear é o de que não levar as narrativas do *Sítio* para a sala de aula por repúdio ao seu conteúdo considerado racista, por crer que calar essa característica latente nessas obras combina melhor com os nossos tempos em que elas já não soam como algo aceitável, não é uma opção ao professor compromissado com uma educação antirracista. Pende ao politicamente correto e ele quase sempre surge como uma solução simplista. Como argumenta Glass (2012, p. 903): “A abordagem da cegueira racial de “não ver, ouvir, falar sobre a raça” adota uma postura defensiva evitando os desafios do racismo”.

Ou seja, faz parte do combate ao racismo mostrar que há algo profundamente errado sobre a representação das pessoas negras na cultura ao longo da história e que, sendo todos nós indivíduos historicamente aculturados, é provável que também haja algo de muito errado nas representações que nós mesmos fazemos dessas pessoas. Isso porque:

O legado da supremacia racial alcança desde os estados mais íntimos e sagrados até aqueles mais públicos e profanos de nossas vidas; ele contamina as instituições sociais, culturais, educacionais, econômicas e políticas e permeia a vida cotidiana. Mas as particularidades da existência e das estruturas ideológicas da cultura devem ser desafiadas para revelar as complexidades e os traços da supremacia racial, e apenas intervenções estratégicas oferecem uma promessa genuína de superar os muitos obstáculos à justiça (GLASS, 2012, p. 902).

Assim, uma educação pensada para ser libertária, progressista, realmente comprometida com a transformação da vida e da sociedade, pressupõe o confronto com as “transgressões da natureza humana”, como as classifica Freire (2019), com “as realidades marcadas pela traição a nosso direito de ser”, visando a sua desnaturalização. Como propõe Glass (2012, p. 904), em um projeto de educação antirracista, “Os processos sociais e culturais explícitos e implícitos que dão nome e inibem as identidades seriam revelados, estudados e desconstruídos. O discurso e as imagens racializadas na mídia e na cultura popular, [...] seriam analisados para reduzir seu poder definidor”.

É a partir dessa perspectiva que este estudo apresenta e discute sobre duas obras selecionadas como *corpus* logo em seguida ao próximo tópico, em que é traçado um panorama contextual no que diz respeito à obra do *Sítio*.

ALGUMA CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SÍTIO

Quando afirma-se aqui que os livros do *Sítio* fazem parte de um importante acervo cultural nacional que não pode ser sonegado dos nossos alunos, que é do direito à fruição de todos, tem-se como base o fato de que a obra de Monteiro Lobato *Narizinho Arrebitado*, mais tarde reeditada sob o título corrente de *Reinações de Narizinho*, foi pioneira de uma literatura produzida em português brasileiro voltada especificamente para a infância. Não havia livros literários infantis escritos por brasileiros à época que representassem minimamente a realidade da criança brasileira, o que torna o ciclo do *Sítio* um patrimônio do gênero, tendo lançado bases para o que outros autores nacionais produziram posteriormente, sendo “até hoje paradigma industrial e estético da literatura infantil brasileira” (LAJOLO & ZILBERMAN, 2007, p. 54).

Não à toa Lobato é considerado o pai da literatura infantil brasileira. Ele não apenas abriu as portas para a produção de um gênero em nosso país, mas iniciou uma forma de trabalhar com a criação literária dirigida à infância que valorizou a nossa cultura ao lançar mão do nosso repertório folclórico para compôr o aspecto concernente ao maravilhoso em suas narrativas, bem como também explorou as possibilidades de trabalho com a nossa língua valorizando em sua escrita as particularidades da oralidade e jogando com a norma formal sem subestimar o leitor visado; muitos estudiosos comparam o trabalho de escrita de Lobato com o de Lewis Carrol, cultuado pela sua sagaz elaboração linguística em *Alice no País das Maravilhas* (que, não por acaso, ganhou uma tradução por Lobato). Assim, Lajolo e Zilberman (2007, p. 57) confirmam que “Nessa medida, está corporificado no *sítio* um projeto estético envolvendo a literatura infantil”.

Tendo em vista o impacto que o *Sítio* causou, não é exagero afirmar, então, que seu universo acabou por integrar o imaginário popular coletivo do Brasil – ao mesmo tempo em que buscou representar um projeto idealizado do país, como problematizam as autoras citadas anteriormente. Dificilmente alguém não reconhecerá os nomes ou as figuras de Emília, Narizinho, Pedrinho, Visconde, Dona Benta, Tia Nastácia e tantos outros personagens que habitam o seu universo. E isso se dá não só pela força dos vinte e três volumes concebidos por Monteiro Lobato, publicados entre 1931 e 1947 e reeditados até hoje, mas também pelas diversas adaptações para outras mídias, principalmente para a televisão.

De 1940, quando lançou-se um programa de rádio inspirado nas histórias da literatura, até hoje, quando fala-se sobre a possível produção de um filme, foram cinco séries em *live-action* (com atores de carne e osso): destaque para a primeira lançada em 1952 pela extinta TV Tupi, para a adaptação de grande sucesso transmitida entre 1977 e 1986 pela Rede Globo, e para a mais recente, lançada pela mesma emissora em 2001 e produzida até meados de 2006. Soma-se a elas uma série de desenho animado e duas séries de histórias em quadrinhos, uma publicada nos anos 1980 e outra na primeira década do novo século, todas tendo como fonte direta os livros de Lobato para o *Sítio*, aproximando-se ou distanciando-se deles às suas próprias maneiras.

Em 2019, toda a obra de Lobato caiu em domínio público, o que resultou em uma profusão de novas edições dos títulos mais populares do *Sítio* pelas mais variadas editoras, que lançaram volumes únicos ou coleções inteiras dos seus textos, muitas vezes, adaptados (o que constantemente significou “recortados” e “simplificados”) ou seriados em volumes. Em 2021, aquela primeira edição de *Reinações de Narizinho* voltada às escolas completou 100 anos e novas publicações ou reimaginações dela ganharam a luz no intuito de homenageá-la. Pensando o foco deste estudo, o debate em torno das formas possíveis de mediar uma leitura do *Sítio* em uma perspectiva educacional antirracista, selecionou-se duas dessas obras a serem exploradas no tópico seguinte.

UMA LEITURA CRÍTICA DE DUAS EDIÇÕES DE NARIZINHO

Como ponto de partida para esta apresentação e discussão cabe salientar que fortemente implicadas a elas estão as palavras de Candido (1972), quando este afirma que:

A literatura pode formar; mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa, — o Verdadeiro, o Bom, o Belo, definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço da sua concepção de vida. Longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose matreira do óbvio, novamente em grande voga), ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela, — com altos e baixos, luzes e sombras (CANDIDO, 1972, p. 84).

Assim, não esqueçamos nunca de que “Dado que a literatura, como a vida, ensina na medida em que atua com toda a sua gama, é artificial querer que ela funcione como manuais de virtude e de boa conduta” (CANDIDO, 1999, p. 84). Isto posto, cabe explorar, então, as duas obras selecionadas para a discussão aqui proposta, que será guiada pela questão mencionada ao início deste texto, a rememorar: como é possível trazer para a sala de aula as obras do *Sítio* sem que o racismo expresso nelas acabe corroborando a naturalização deste tipo de discriminação entre os alunos? Adianta-se que este estudo trabalha com duas opções dentro do espectro de edições/versões correntes da obra *Reinações de Narizinho* considerando uma delas a mais ideal.

A primeira obra, e a mais confortável, não é um texto de Monteiro Lobato. Já no seu frontispício é possível ler: “adaptação da obra de Monteiro Lobato”, com o nome de Pedro Bandeira encabeçando a edição. Trata-se do livro *Narizinho: a menina mais querida do Brasil*, publicado pela editora Moderna.

Figura 2 – capa e ilustração (por Eduardo Alarcão) do livro *Narizinho: a menina mais querida do Brasil*.



Fonte: Google imagens.

Trata-se de uma versão sintomática do debate incitado pela polêmica do racismo na obra e que apresenta uma solução radical: uma reescrita completa do texto original. Algo que, mais recentemente, a bisneta de Monteiro Lobato também se propôs a fazer. Antes de qualquer consideração a partir do que a materialidade textual dessa obra nos diz, é preciso fazer a ressalva de que não se intenciona pôr em cheque o trabalho literário de Pedro Bandeira, escritor que contribuiu ricamente à literatura infantil brasileira com mais de cem publicações que lhe renderam inúmeros prêmios – inclusive o mais importante da literatura brasileira, o Jabuti –, mas avaliar em que medida essa reescrita, de fato, contribui para que *Narizinho* chegue aos leitores efetivamente antirracista.

Para efeito de desenvolvimento desta argumentação, selecionou-se dois pequenos trechos bastante famosos da obra original para comparar com a reescrita contemporânea. Trata-se do momento em que o narrador está apresentando algumas das personagens enquanto contextualiza o espaço da narrativa, ou seja, o próprio Sítio. Assim, no primeiro trecho selecionado, Lobato escreveu: “Na casa ainda existem duas pessoas – Tia Nastácia, **negra de estimação** que carregou Lúcia em pequena, e Emília, uma boneca de pano bastante desajeitada de corpo” (LOBATO, 2019 [1947], p. 9, grifo meu). A expressão destacada, “negra de estimação”, provoca desconforto imediato a qualquer leitor minimamente comprometido com a garantia da dignidade no tratamento do outro. Soa violento que o narrador apresente Tia Nastácia como quem apresenta um animal doméstico. E quanto mais pensamos sobre essa alcunha utilizada, mais agressiva ela fica: reduz a personagem a uma categoria em que nem considerada propriamente humana ela é, perpetuando a ideia colonialista de que os povos africanos escravizados trazidos ao Brasil não passavam de selvagens.

Na adaptação de Bandeira, o desconforto inexistente. Seu trecho correspondente para a narrativa trás: “Na casa ainda há duas pessoas: Tia Nastácia, a velha cozinheira que carregou Narizinho em pequena, e Emília, uma boneca de pano bastante desajeitada de corpo” (BANDEIRA, 2019, p. 10). Substitui-se a caracterização problemática, baseada em uma concepção eugenista em torno da sua

etnia, por uma adjetivação baseada na função profissional da personagem na casa que, acrescida da dimensão afetiva de ter ajudado a cuidar de Narizinho quando bebê, atribui um sentido literal de “estimação”, ou seja, de querer bem a pessoa. Entretanto, o choque inerente ao texto que levaria ao questionamento e ao debate some.

No mesmo sentido vai a segunda exemplificação selecionada (de várias outras que seriam possíveis). Esta não refere-se à Tia Nastácia em específico, mas faz uma comparação completamente desnecessária envolvendo outra personagem. Assim, no original de Lobato, lê-se: “Dona Carochinha botou-lhe a língua – uma língua muito magra e seca – e retirou-se furiosa da vida, a resmungar **que nem uma negra beijuda**” (LOBATO, 2019 [1947], p. 51, grifo meu).

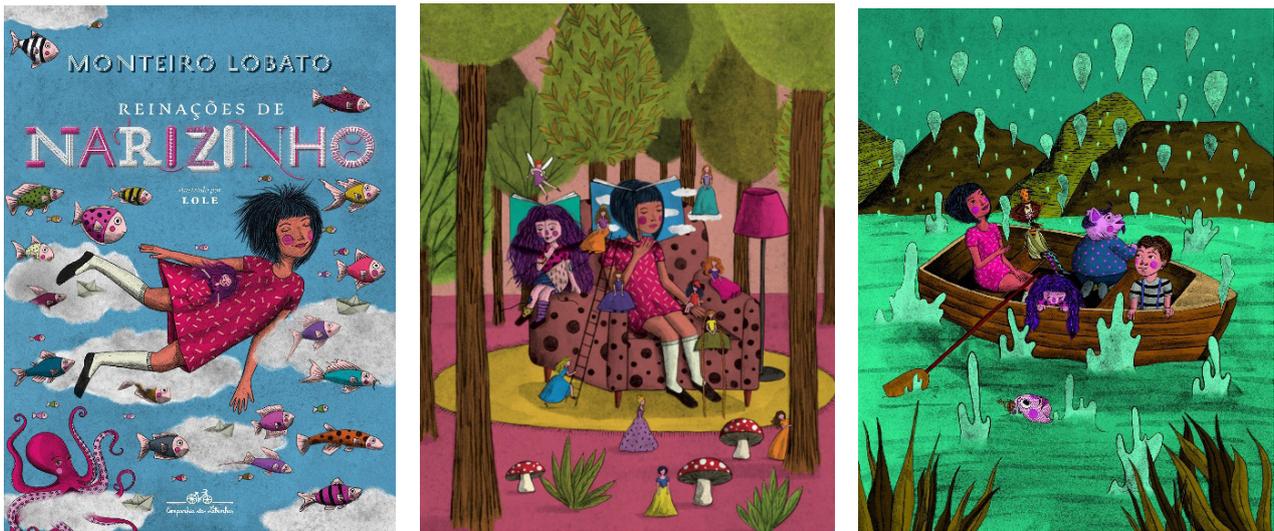
Se pararmos para refletir sobre tal comparação feita pelo narrador podemos seguir vários caminhos, mas que conduzem à mesma direção. Um primeiro possível é o da depreciação em torno de um provável comportamento, da conduta das pessoas negras: não seria de admirar que por ocuparem, majoritariamente, os cargos das camadas mais baixas da pirâmide social elas fossem vistas, à época, como reclamonas, até mesmo ingratas, uma vez que estavam libertas “pela bondade” da branquitude e não se sentiam contentes com as funções que lhes foram relegadas depois da escravidão. Uma segunda opção interpretativa poderia dizer respeito à depreciação em torno da aparência das pessoas negras, já que os lábios são uma característica física bastante marcante do fenótipo. Em qualquer delas há que se perguntar: qual a necessidade de utilizar tal referente como comparação?

No equivalente de Bandeira, tem-se: “Dona Carochinha botou-lhe a língua — uma língua muito magra e seca — e retirou-se danada da vida, a resmungar” (BANDEIRA, 2019, p 48), muito mais palatável ao olhar sensível a essas questões da nossa contemporaneidade. Ao lê-lo, o questionamento à escolha de Lobato em tecer tal comparação soa ainda mais infundamentado, fica explícito da maneira mais cristalina a escolha completamente desnecessária de usar tal manobra para expressar algo tão simples. Se tratava-se de trabalhar a prosa, se a ideia era enriquecê-la com uma figura de linguagem, porque depositar na pessoa negra um tipo de chacota para isso?

À guisa de finalização com o material de Bandeira, é preciso fazer uma ressalva: enquanto adaptação a obra funciona muito bem, tendo em vista que esse processo na literatura infantil é bastante difundido, estando inclusive no cerne das suas primeiras criações. O primeiro contato de muitos leitores com grandes obras como *Odisseia*, de Homero, ou *Robinson Crusóé*, de Defoe, apenas para citar alguns exemplos, não é por traduções diretas dos textos, mas por adaptações (de forma e/ou conteúdo) que tornam as obras palatáveis àqueles menos experientes. Mesmo os contos de fadas, leitura que culturalmente mais relegamos à infância, chegam majoritariamente a partir de outras versões que não as recolhidas por Charles Perrault ou os Irmãos Grimm. Assim, é bastante válido e frutífero encarar a obra de Bandeira enquanto adaptação, enquanto referência para pensar a importância da de Lobato, para contrastar com ela. Mas nunca para substituí-la, principalmente se o que move o professor a utilizá-la é a mudança no conteúdo problemático veiculado pela original. É preciso se perguntar: silenciar a discussão é a forma mais eficiente de combater o que o texto de Lobato ajuda a propagar?

Em direção completamente diferente da obra de Bandeira, Marisa Lajolo está organizando a coleção *Biblioteca Lobato*, que vem reunindo sob o selo publicado pela Companhia das Letrinhas novas edições de obras do *Sítio*, até o momento: *A Chave do Tamanho*, *o Saci*, *O Minotauro*, uma biografia do autor intitulada *Reinações de Monteiro Lobato*, e, claro o título a que este trabalho dedica especial atenção, *Reinações de Narizinho*. Todas em encadernação de capa dura e com ilustrações de Lole inspiradas na arte surrealista.

Figura 03 – Capa e ilustrações (por Lole) de *Reinações de Narizinho* da coleção *Biblioteca Lobato*

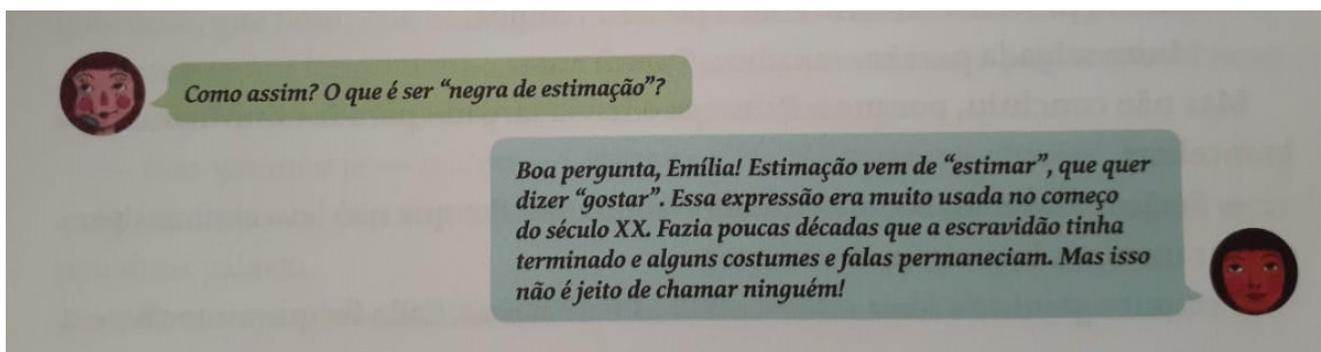


Fonte: Google imagens.

Diferentemente do que se emprega no projeto de Bandeira, essa edição não mexe em nenhuma linha do texto lobatiano, não é o seu objetivo uma vez que reedições tem funções bastante distintas às das adaptações, o intuito delas é reconfigurar o projeto editorial em torno do objeto livro em que o texto será apresentado, corporificando uma nova versão de *Reinações de Narizinho* não no sentido do conteúdo e da forma dessa narrativa, mas de sua apresentação material. Para isso, acresce ilustrações inéditas e outros paratextos, todos de autoria de Cilza Bignotto, como uma introdução, “Antes de as reinações começarem...”, e um posfácio com curiosidades da obra, além de uma biografia do autor, bem como importantes notas de rodapé.

As referidas notas de rodapé são apontadas como “importantes” por dois motivos: primeiro porque elas constroem uma narrativa paralela à do texto de Lobato no formato de uma conversa informal e bem humorada entre as personagens Narizinho e Emília ao longo de todo o livro; e segundo porque nas “mensagens” trocadas as personagens problematizam trechos destacados da narrativa. Essa foi, pois, a escolha de Lajolo ao compor sua edição para os leitores mirins de Lobato dos nossos tempos: introduzir as personagens da trama elas mesmas como mediadoras da leitura, afim de contextualizar as passagens mais sensíveis e, assim, chamar o leitor à reflexão crítica sobre elas. O primeiro exemplo selecionado e apresentado a seguir dá conta do já referido trecho em que Tia Nastácia é chamada de “negra de estimação”; a nota de rodapé assim se apresenta:

Figura 04 – Exemplo de nota de rodapé (1)

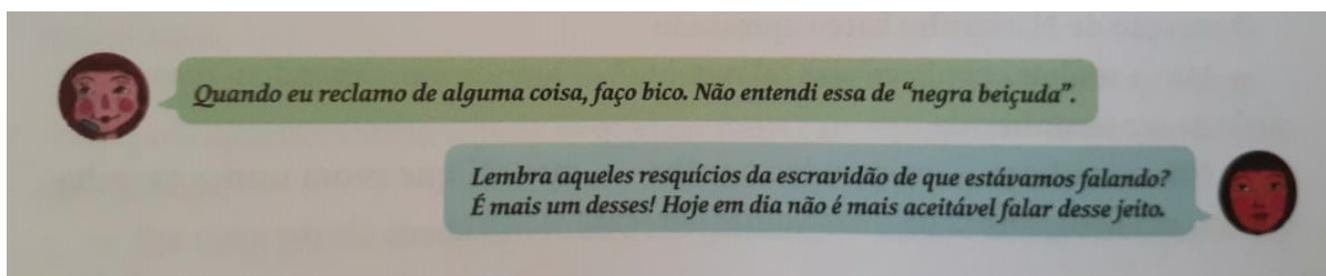


Fonte: Lobato (2019).

Fica bastante evidente na composição gráfica a inspiração no layout dos aplicativos de troca de mensagens, utilizando ícones com “fotos” das personagens e balões coloridos para diferenciá-las. Trata-se, certamente, de um apelo imagético ao universo das tecnologias ao qual as novas gerações já nascem aclimatadas. Quanto ao conteúdo veiculado, destaca-se a escolha por uma leitura mais ingênua, por se assim dizer, do significado de “negra de estimação”. Concentra-se no significado de “estimar” como expressão localizável em um contexto histórico de configuração e uso de nossa língua, minimizando bastante o que há por trás do seu emprego (embora no final haja o alerta para que “isso não é jeito de chamar ninguém!”), mas aproveita para tocar na questão da herança escravagista.

É bastante óbvio que a nota não resolve tudo por si só. Ela é um convite à reflexão, pode levar a criança a perguntar aos responsáveis sobre aquilo que ali está escrito, pode ela sozinha, a partir da nota, começar a desenvolver sensibilidade para com a questão do racismo, passando a notar em outros textos, em outros contextos, manifestações desse preconceito efetivamente como algo que não deve ser reproduzido, que deve ser desencorajado. A nota é ainda uma porta para o professor que manuseie a edição a iniciar um debate, ir mais fundo no problema, adequando, é claro, o discurso ao nível/ano em que a leitura da obra está sendo proposta. No também já referido trecho em que Dona Carochinha é chamada de “negra beijuda”, a questão é retomada:

Figura 05 – Exemplo de nota de rodapé (2)



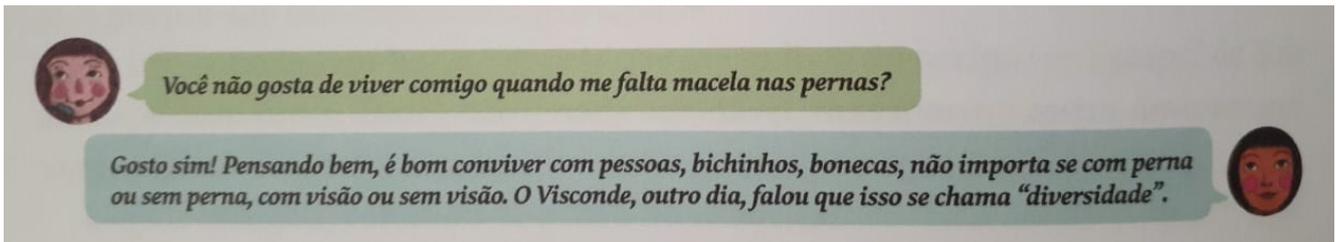
Fonte: Lobato (2019)

Entretanto, as notas não se esgotam em chamar atenção do leitor para a questão do racismo em específico. Elas dão margem para que se explorem outras marcas do texto no que diz respeito às visões e valores da época veiculados por ele (e infelizmente ainda em voga em muitos contextos). Uma delas diz respeito às pessoas com deficiência. Quando chegam ao maravilhoso Reino das Águas Claras, Narizinho comenta com Emília:

– Já reparou Emília, como é bem-arrumado este reino? Uma verdadeira maravilha de ordem, economia e inteligência! Estive no quarto das crianças. Que gracinha! Cada qual no seu berço de cera, com pernas e braços cruzados, todas tão alvas, dormindo aquele sono gostoso... o que admiro é como as abelhas sabem aproveitar de modo que a colmeia funcione como se fosse um relógio. Ah, se no nosso reino também fosse assim... aqui não há pobres nem ricos. **Não se vê um aleijado, um cego, um tuberculoso.** Todos trabalham, felizes e contentes. (LOBATO, 2019 [1947], p. 60, grifo no original).

De forma muito clara, Narizinho reproduz valores higienistas vigentes no início do século XX, quando a medicina considerava pessoas com alguma deficiência ou doença crônica como inválidas, destituindo-as assim de sua dignidade. Era muito comum manter quem tivesse algum problema de saúde, alguma doença mental, alguma deficiência congênita, hereditária ou adquirida, privado do convívio, escondido da sociedade. Na sua fala está implícito que para uma comunidade ser perfeita todos devem caber em uma determinada forma de “normalidade”, que nada mais faz do que excluir qualquer um que não tenha determinada configuração corpórea. Assim, a nota de rodapé traz:

Figura 06 – Exemplo de nota de rodapé (3)



Fonte: Lobato (2019)

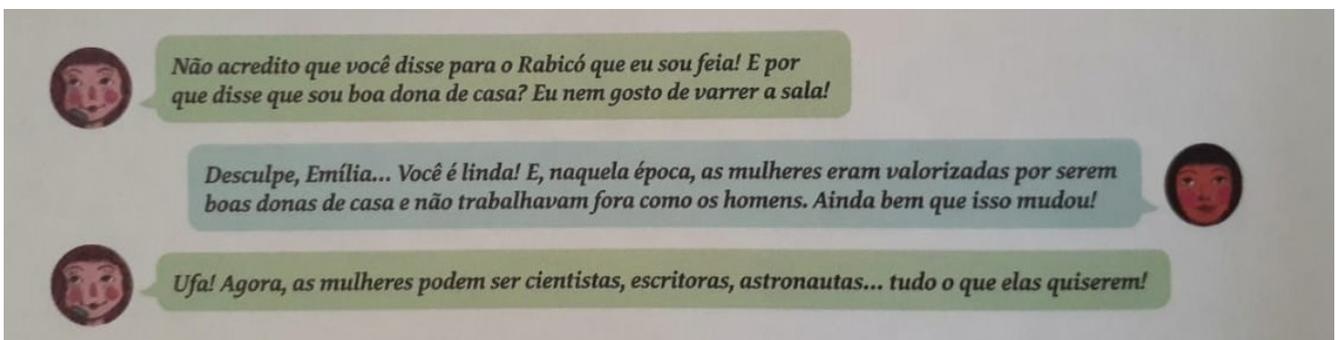
A pergunta de Emília para Narizinho é no mínimo provocativa, tanto para a personagem quanto para o leitor que pode reformulá-la para o seu próprio contexto. A resposta de Narizinho é também bastante rica, uma vez que se abre não apenas para a questão das pessoas com deficiência, mas para o convívio com todo o tipo de diferença e a importância da valorização dessas diferenças enquanto características que individualizam e por isso enriquecem a experiência social. A escolha da palavra “diversidade” com certeza não foi aleatória, uma vez que carrega diversos sentidos e as reflexões podem ser encaminhadas para vários lugares.

Ainda, outro tema possível de ser citado é o das concepções em torno dos papéis de gênero. É sabido que Rabicó e Emília se casam em determinada parte da narrativa, mas o acerto do contrato não foi muito fácil, assim Narizinho foi a interventora no sentido de resolver a questão:

- Mas afinal de contas, Marquês, quer ou não quer casar-se com a Condessa?
- Já declarei que sim, isto é, que casarei, se o dote for bom. Se me derem, por exemplo, dois cargueiros de milho, casarei com quem quiserem: com a cadeira, com o pote d’água, com a vassoura. Nunca fui exigente em matéria matrimonial.
- Guloso! Pois olhe que vai fazer um casamentão! **Emília é feia, não nego, mas muito boa dona de casa.** Sabe fazer tudo, até fios de ovos, que é o doce mais difícil. Pena ser tão fraquinha... (LOBATO, 2019 [1947], p. 50, grifo no original)

A nota de rodapé traz a reclamação de Emília:

Figura 07 - Exemplo de nota de rodapé (4)



Fonte: Lobato (2019).

De todas as ressaltadas até aqui, talvez esta seja a mais didática. Embora um século nos separe da concepção do texto de Lobato, embora acreditemos que muitas ideias expressas nele já foram superadas, os papéis de gênero (o que homens e mulheres podem e espera-se que façam, seu comportamento, seus deveres, seus direitos) ainda são bastante demarcados, e ouvir por aí que “isto não

é coisa de homem”, “aquilo não é coisa de mulher” não é incomum. O que a nota relega ao leitor é a reafirmação (que precisa ser recorrente e incessante) de que as meninas leitoras podem tantas coisas quanto os meninos leitores.

Ressaltados os pontos selecionados nas duas obras, cabe salientar que não existem soluções ideais para o que está posto, uma vez que o texto original é o que é e não deixará de ser até que o último leitor ávido largue de mão o *Sítio*, o último dono de biblioteca dê um fim nos seus exemplares de versões integrais das obras da série e o último editor desista das palavras de Lobato. Tanto uma adaptação quanto uma mediação por notas de rodapé da obra são movimentos possíveis de quem se sente responsável pela recepção contemporânea do *Sítio*. A adaptação pareceu à interpretação aqui proposta uma saída mais compromissada em apagar o discurso racista do que discuti-lo. Assim, em uma perspectiva antirracista ela não se presta como melhor resolução. Mas igualmente possível também é se questionar se é nosso papel resolver os problemas do texto, de fato.

CONSIDERAÇÕES PARA PENSAR

Ressalta-se que esta é uma discussão aberta, permanentemente em construção, em diálogo respeitoso com quem quer que se sinta ferido pela obra, com quem quer que se interesse por contribuir sobre o problema, e não se pretende, assim, servir como veredicto sobre o assunto. Por isso, ao invés de conclusões, propõe-se aqui questões reflexivas que se espera reverberarem em novos estudos de outros pesquisadores, novas perspectivas em propostas de práticas de leitura em sala de aula, novos olhares para o material de Lobato:

Se a literatura tem o poder de educar “fora de uma pedagogia oficial”, porque não usar os mecanismos de opressão de outrora (e de agora) expressos nela subvertendo-os à favor de um pensamento progressista?

Apagar os (cruéis e injustificáveis) processos de opressão pelo qual passaram as pessoas negras ao longo da história ajuda em que na luta antirracista atual, uma vez que o próprio racismo precisa ser constantemente provado como um fenômeno cultural (infelizmente) não apenas real ao longo dos tempos como ainda muito presente em nosso tempo?

Para mais, esconder dos nossos alunos uma leitura como *Reinações* (e um debate em torno dela) por irremediável discordância ética com o seu autor é negar o acesso a um acervo cultural ao qual eles têm direito e a um debate qualificado sobre o problema do racismo que muitas vezes não é feito em outra instância.

Há que pontuar, também, que o *Sítio* é muito mais do que uma coleção de textos literários em que o autor expressou sua visão de mundo aqui e ali. Ele é uma criação artística ímpar na literatura nacional que pela riqueza de seu trabalho com a linguagem e com a imaginação pode despertar muito mais em nossos alunos (e em nós mesmos) do que julgamos inicialmente.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Pedro. *Narizinho: a menina mais querida do Brasil*. Ilustrações Renato Alarcão. São Paulo: 2019.
- CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

- COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.
- COSSON, Rildo. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2018b.
- COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2018.
- DALVI, Maria Amélia. Educação literária: história, formação e experiências. In: DALVI, Maria Amélia; SILVA, Arlene Batista da; SOUZA, Renata Junqueira de; BATISTA, Ana Karen Costa (Org). *Literatura e Educação: História, formação e experiência*. Campos dos Goytacazes, RJ : Brasil Multicultural, 2018
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.
- GLASS, Ronald D. Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista. *R. bras. Est. pedag.*, Brasília, v. 93, n. 235, p. 883-913, set./dez. 2012
- LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 2007.
- LOBATO, Monteiro. *Reinações de Narizinho*. Org. Marisa Lajolo. Ilustrações Lole. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2019 [1947].
- PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz. Censo e demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. ed. Salvador: UFBA, 2008. p. 25-61.
- SCHUARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000100005. Acesso em: 26 jul. 2021.

Recebido em: 27/12/2021

Aceito em: 19/10/2022